



Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN

Relatório do auditor independente acompanhado
das Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2020

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 5º andar
Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil
T +55 21 3259.9234
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN
Camaçari - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada, “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2021.



Ana Cristina Linhares Areosa

CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	21.944	24.455
Contas a receber	4	3.670	3.588
Estoques		328	446
Tributos a recuperar	5.a	715	344
Adiantamentos		607	602
Total do ativo circulante		<u>27.264</u>	<u>29.435</u>
NÃO CIRCULANTE			
Impostos diferidos ativos	5.b	273	-
Depósitos judiciais	11	1.186	1.216
Imobilizado	7	4.897	3.890
Intangível	8	121.592	109.676
Total do ativo não circulante		<u>127.948</u>	<u>114.782</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>155.212</u>	<u>144.217</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2020 E 2019

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores		5.687	9.758
Empréstimos e financiamentos	9	6.080	4.397
Tributos a recolher	5.c	1.340	1.549
Obrigações com empregados e administradores	10	1.916	2.407
Partes relacionadas	6	4.534	1.300
Juros sobre capital próprio e dividendos	6	7.890	6.068
Outros passivos circulantes		1.811	10
Total do passivo circulante		<u>29.258</u>	<u>25.489</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	9	14.584	16.694
Impostos diferidos	5.b	-	14
Provisão para riscos processuais	11	4.796	3.163
Outros passivos não circulantes	12	222	934
Total do passivo não circulante		<u>19.602</u>	<u>20.805</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13.a	48.189	48.189
Reserva de lucros	13.d/e	40.523	38.102
Dividendos adicionais propostos	13.c	16.181	10.173
Total do patrimônio líquido		<u>104.893</u>	<u>96.464</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	13.b	1.459	1.459
Total do patrimônio líquido e AFAC		<u>106.352</u>	<u>97.923</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>155.212</u></u>	<u><u>144.217</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
		<u> </u>	<u> </u>
Receita operacional líquida	14	60.461	58.181
Custo dos serviços prestados	14	(34.775)	(33.438)
LUCRO BRUTO		<u>25.686</u>	<u>24.743</u>
Despesas gerais e administrativas	14	(14.457)	(17.372)
Outras receitas operacionais	14	343	318
RESULTADO OPERACIONAL		<u>11.572</u>	<u>7.689</u>
Receitas financeiras	15	971	1.696
Despesas financeiras	15	(1.800)	(1.656)
RESULTADO FINANCEIRO		<u>(829)</u>	<u>40</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		10.742	7.730
Imposto de renda e contribuição social corrente	5.d	(600)	(2.106)
Imposto de renda e contribuição social diferido	5.d	287	1.066
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>10.430</u>	<u>6.690</u>
Lucro básico por lote de mil ações (em reais - R\$)	16	<u>2,775</u>	<u>1,780</u>
Lucro diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	16	<u>2,775</u>	<u>1,780</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Subtotal	Adiantamentos para futuro aumento de capital	Total
		Legal	Especial	Incentivos fiscais					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	32.478	3.073	23.470	9.792	6.483	-	75.296	17.170	92.466
Aumento de capital	15.711	-	-	-	-	-	15.711	(15.711)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	6.690	6.690	-	6.690
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	1.432	-	(1.432)	-	-	-
Reserva legal	-	335	-	-	-	(335)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(1.233)	(1.233)	-	(1.233)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	3.690	(3.690)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	48.189	3.408	23.470	11.224	10.173	-	96.464	1.459	97.923
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	10.430	10.430	-	10.430
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	1.899	-	(1.899)	-	-	-
Reserva legal	-	522	-	-	-	(522)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(2.001)	(2.001)	-	(2.001)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	6.008	(6.008)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	48.189	3.930	23.470	13.123	16.181	-	104.893	1.459	106.352

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Receitas	14	64.679	62.802
Prestação de serviços		66.013	63.557
Perdas esperadas/efetivas sobre créditos		(1.677)	(1.115)
Outras receitas		343	360
Insumos adquiridos de terceiros		(30.357)	(32.293)
Custos das mercadorias e serviços		(2.029)	(3.917)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(28.260)	(28.347)
Outros custos		(68)	(29)
Valor adicionado bruto		34.322	30.509
Retenções		(4.440)	(4.241)
Depreciação e amortização	7 e 8	(4.440)	(4.241)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		29.882	26.268
Valor adicionado recebido em transferência		971	1.696
Receitas financeiras	15	971	1.696
Total do valor adicionado a distribuir		30.853	27.964
Distribuição do valor adicionado		30.853	27.964
Pessoal e encargos		9.594	10.108
Remuneração direta		6.482	7.066
Benefícios		2.519	2.507
FGTS		532	503
Outros		61	32
Impostos, taxas e contribuições		8.612	9.426
Federais		4.422	5.183
Estaduais		913	1.108
Municipais		3.277	3.135
Remuneração capital de terceiros		2.217	1.740
Juros		911	905
Aluguéis		412	79
Outras		894	756
Remuneração de capital próprio		10.430	6.690
Lucro do exercício		10.430	6.690

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>10.430</u>	<u>6.690</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u><u>10.430</u></u>	<u><u>6.690</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes dos impostos e contribuição		10.742	7.730
Ajustes:			
Depreciação e amortização	7 e 8	4.440	4.241
Baixa de imobilizado e intangível	7 e 8	105	37
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa		459	-
Provisão para riscos processuais, líquidos		1.633	2.175
Variações monetárias e encargos, líquidos		974	956
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	4	(82)	(430)
Estoques		118	(12)
Tributos a recuperar	5.a	(371)	162
Impostos diferidos	5.b	(287)	-
Adiantamentos		(5)	(51)
Outros ativos		-	1.312
(Redução) aumento nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(3.768)	4.250
Obrigações com empregados e administradores		(491)	264
Tributos a recolher		(209)	(577)
Partes relacionadas		3.234	(1.094)
Outros		1.089	(320)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(954)	(1.545)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>16.658</u>	<u>18.117</u>
INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras vinculadas		(67)	(137)
Aquisição de imobilizado	7	(670)	(925)
Aquisição de intangível	8	(17.098)	(5.374)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(17.835)</u>	<u>(6.436)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	9	(1.107)	(4.661)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	9	(227)	(1.001)
Pagamento de juros sobre capital próprio		-	(2.228)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(1.334)</u>	<u>(7.890)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(2.511)</u>	<u>3.791</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		24.455	20.664
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		<u>21.944</u>	<u>24.455</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(2.511)</u>	<u>3.791</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e
2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

a) Informações sobre a Companhia

A Concessionária Litoral Norte S.A. (“CLN” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 3 de fevereiro de 2000, com sede na Rodovia 099 BA - Estrada do Coco, Praça do Pedágio, Camaçari - BA.

A Companhia tem como objeto social operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia - DERBA em 21 de fevereiro de 2000.

A CLN é controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR (“INVEPAR”), que detém 92,92% do capital da Companhia e Odebrecht Transport S.A. que detém 7,08%.

Em 27 de abril de 2005, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, foi assinado o 1º Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado entre a Companhia e a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia - AGERBA (agência reguladora). Também ficou determinada a prorrogação do prazo do Contrato de Concessão por mais dez anos, passando a ter seu término em 20 de março de 2035.

Nesse mesmo Termo Aditivo foram determinados novos prazos para conclusão das obras, previstas no Contrato de Concessão. Em virtude da abertura de “rotas de fuga” por iniciativa da Prefeitura Municipal de Camaçari, a Companhia vinha enfrentando uma considerável queda em suas receitas operacionais, o que levou à suspensão das obras.

Em 14 de maio de 2015, foi assinado o 2º Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado entre a AGERBA e a CLN, nas seguintes premissas: autorização para exploração de receitas acessórias, criação de Taxa de Fiscalização para a AGERBA, alteração do indexador de reajuste de tarifa para IPCA e ampliação do prazo de concessão em 15 anos. Assim, o item 1, da Cláusula XI, do Contrato de Concessão passa a ter a seguinte redação: (“Cláusula XI – Do Prazo da Concessão. O prazo de concessão é de 50 anos, contado da data de transferência do controle da Rodovia Principal do SISTEMA e acessos rodoviários para a CONCESSIONÁRIA”). Sendo assim o término do Contrato de Concessão passou para 20 de março de 2050.

Em 17 de julho de 2020, a CLN foi notificada a se manifestar no processo Nº TCE/003396/2019 em trâmite perante o Tribunal de Contas do Estado da Bahia-BA (“TCE-BA”), envolvendo a AGERBA e a concessionária, sobre os achados indicados pela área técnica. O relatório apontou as seguintes irregularidades: (a) Não disponibilização do Processo Administrativo do 1º Termo Aditivo pela AGERBA; (b) Ausência de critérios específicos para a metodologia de reequilíbrio econômico-financeiro; (c) Não autorização tempestiva dos

reajustes tarifários sem a devida motivação; (d) Ausência de Comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista da Concessionária para celebração dos Termos Aditivos; (e) Repactuação do Cronograma de Investimentos sem fundamentação adequada; (f) Adoção de solução inadequada para o reequilíbrio contratual por meio do 2º Termo Aditivo; (g) Utilização de metodologia tecnicamente inadequada; (h) Desconsideração das Receitas Acessórias; (i) Subavaliação do impacto do atraso do cronograma de investimentos; (j) Definição inadequada da Receita Tarifária do Fluxo de Caixa do ano 14 ao 50; e, (l) Acompanhamento da Resolução nº 0086/2018. Com base nos referidos achados, a auditoria propôs: (1) considerar sem efeitos as cláusulas dos aditivos firmados entre a concessionária e a agência que prorrogam a concessão e modificam a TIR; (2) que a AGERBA elabore resolução própria para regulamentar equilíbrios econômico-financeiros do contrato; e (3) formalizar novo termo aditivo atentando-se para os princípios constitucionais, em especial o da transparência e motivação, caso seja configurado desequilíbrio contratual.

A AGERBA e a CLN apresentaram defesa, tendo a concessionária destacado, dentre outros aspectos, as questões a seguir. Em relação ao 1º Termo Aditivo: (i) decadência do direito para anulação do 1º Termo Aditivo diante do decurso do prazo de 5 anos; (ii) coisa julgada administrativa e perda de oportunidade para sua apreciação, tendo em vista que referidas questões já foram julgadas anteriormente; (iii) disponibilização da documentação extraviada; (iv) manutenção da regularidade fiscal exigida pelo contrato durante toda sua vigência; (v) ausência de supressão de investimentos, mas seu deslocamento no tempo, em virtude da ausência de reajuste tarifário, que também impactou o fluxo de caixa e os investimentos programados; e (vi) superveniência de incidência de novo imposto. Quanto ao 2º Termo Aditivo: (i) novas omissões quanto ao reajuste tarifário; (ii) adequação da metodologia adotada pela Fundação Getúlio Vargas ; (iii) inexpressividade das receitas acessórias anteriores ao 2º Termo Aditivo; (iv) erro no cálculo do fluxo de caixa; (V) observância à legalidade e adoção das melhores práticas de governança corporativa e responsabilidade social.

Aguarda-se a regular tramitação do processo.

Os aditivos ao Contrato de Concessão podem ser objeto de questionamentos de órgãos públicos fiscalizadores e do próprio Poder Concedente, a qualquer tempo, segundo diferentes argumentos. Tais questionamentos podem gerar medidas que podem trazer prejuízos aos resultados financeiros e à imagem da Companhia.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução tenham sido devidamente autorizadas pelo Poder Concedente, além de encargos e ônus decorrentes de multas por quebra de contrato com fornecedores e indenização por remuneração do capital pelo rompimento antecipado calculada com base na margem da receita prevista para o restante da concessão.

b) Efeitos da pandemia do COVID-19

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus, o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Dentre as decisões, destacam-se aquelas relacionadas ao distanciamento social e outras que impactam diretamente nos negócios da Companhia.

No quarto trimestre a CLN apresentou recuperação completa do tráfego, observados no quadro abaixo quando comparado com o mesmo período de 2019:

(VEP mil)

COMPANHIA	4T20	4T19	%	12M20	12M19	%
CLN	2.535	2.153	18%	7.883	7.853	-

Apesar dessa recuperação, a administração da Companhia continuará tomando todas as ações necessárias para proteção, prevenção e mitigação, visando preservar a integridade dos colaboradores e minimizar os impactos nas operações como feito desde o início da pandemia.

Até o momento da divulgação dessas Demonstrações Contábeis, ainda não se tinha certeza sobre o tempo necessário para conter o avanço da doença, especialmente em relação a uma implementação bem sucedida do plano de vacinação contra a COVID-19 no país, e por isso ainda não é possível inferir quanto tempo mais será necessário seguir com as medidas para conter o contágio.

a) Como a Companhia está trabalhando durante este processo:

A Companhia mantém um Comitê de Gestão de Crises, formado pela Diretoria da Invepar, que acompanha diariamente os impactos do Coronavírus para os negócios. O Comitê define as ações necessárias para mitigar os efeitos adversos para o fluxo de caixa e para a saúde financeira. O comitê também se reúne semanalmente com o Conselho de Administração.

b) Plano de continuidade das operações e principais ações:

Desde que instalada a pandemia do novo Coronavírus, a Companhia tem revisado o seu plano de negócios, especialmente no que diz respeito à continuidade das operações. Dentre as frentes que estão sendo revisadas no âmbito do Plano de Continuidade dos Negócios da Companhia, destacamos a preservação da saúde e segurança das pessoas, adotando home office para os colaboradores onde esta modalidade for possível.

Revisando a estratégia de manutenção e continuidade dos negócios, a Companhia faz avaliação do caixa com a necessidade de liquidez nos curto e médio prazos visando a equalização da dívida e a busca por maior eficiência e consequente redução de custos.

c) Medidas e ações de curto prazo que trazem alívio imediato para o caixa, dentre as quais:

- Revisão dos orçamentos de custeio e de investimentos: Revisão do orçamento previsto para o ano corrente e para o próximo com manutenção apenas dos custos e investimentos essenciais para a continuidade dos negócios; e
- Renegociação com fornecedores.

d) Soluções para o médio e longo prazo, com ações que precisam ser estruturadas e aprovadas junto a bancos, credores e órgãos reguladores no sentido de alongar o calendário de pagamento da dívida e de obter os reequilíbrios econômico-financeiros dos contratos de concessão:

- Estudos para soluções de liquidez: Com o auxílio de assessoria especializada, a diretoria da Companhia segue avaliando as alternativas de captação de recursos para injetar liquidez necessária para a sustentabilidade dos negócios a longo prazo.
- Reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão: Por meio de uma atuação setorial, coordenada entre a Companhia, outras empresas de infraestrutura e associações do setor, estão sendo promovidas conversas estruturadas com os poderes concedentes buscando restabelecer o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, em função dos impactos causados pela pandemia do novo Coronavírus.

Mesmo com a melhora nos últimos trimestres no resultado da companhia, os esforços de readequação na estrutura de custos e de capital vem sendo mantido para preservação a capacidade de continuidade plena dos negócios pelo prazo remanescente das concessões. A Companhia entende que todas essas medidas adotadas são suficientes para continuar preservando o fluxo de caixa operacional da Companhia e para fazer frente as suas obrigações pelos próximos 12 meses.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 25 de março de 2021.

2.1 Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação

duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota 2.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo: Caixa e equivalente de caixa, Aplicação financeira e Instrumentos financeiros.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios da Companhia.

2.2 Reconhecimento de receitas

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados à mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

2.4 Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A Companhia não constitui provisão para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, e faz periodicamente testes de recuperabilidade dos mesmos.

2.5 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de realização.

2.6 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Também fazem parte do Imobilizado, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de realização. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.7 Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Também fazem parte do intangível, equipamentos e peças de reposição estocadas no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.8 Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é reconhecida uma perda para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.9 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.10 Tributação

Impostos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

<u>Nome do tributo</u> <u>Sigla</u>		<u>Alíquota</u>		
		<u>Receitas de</u> <u>pedágio e</u> <u>acessória</u> <u>Receitas</u>	<u>Demais</u>	<u>Receitas</u> <u>financeiras</u>
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%	4,00%
Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza	ISS	2,00 a 5,00%	-	-

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 47 (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de Renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisados anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, estas são revisadas em períodos menores pelas controladas. As premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e conseqüentemente a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.11 Benefícios aos empregados

A Companhia possui planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

A Companhia não concede plano de benefício pós-empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas a medida que o serviço relacionado seja prestado.

2.12 Resultado por ação

O resultado por ação é calculado com base no CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33). O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

2.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.14 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

2.15 Informações por segmento

A Companhia possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

2.16 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.17 Contratos de concessão

A contabilização do contrato de concessão é conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo dos respectivos contratos de concessão.

2.18 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da controladora e consolidado da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Principais fontes de incertezas nas estimativas

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento, que tem como base as projeções até o término do prazo de concessão, e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Participação nos lucros e resultado (“PLR”)

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados.

2.19 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.20 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas.

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021, conforme segue:

- (a) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16) – A partir de 1º. de janeiro de 2021.
- (b) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – A partir de 1º. de janeiro de 2022.
- (c) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) - A partir de 1º. de janeiro de 2022.
- (d) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3) - A partir de 1º. de janeiro de 2022.
- (e) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) - A partir de 1º. de janeiro de 2023.
- (f) IFRS 17 Contratos de Seguros - A partir de 1º. de janeiro de 2023.

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	800	1.353
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósito Bancário – CDB (a)	21.144	20.608
Fundo Mover (b)	-	2.494
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>21.944</u>	<u>24.455</u>

(a) As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de dezembro de 2020 a taxa média de rentabilidade destas aplicações era de 92,25% do CDI (98,32% em 31 de dezembro de 2019).

(b) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, sem risco de mudança significativa de valor. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do Fundo são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não era mais parte integrante deste fundo. A rentabilidade do fundo foi de 98,66% em 31 de dezembro de 2019.

4. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
AVI (*)	3.226	2.810
Vale Pedágio	12	13
Outros	891	765
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	<u>(459)</u>	<u>-</u>
	<u>3.670</u>	<u>3.588</u>

(*) Referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas.

Através da adesão aos meios de pagamentos supracitados, o usuário tem passagem expressa na praça de pedágio, sendo o valor da tarifa, automaticamente, debitado a partir de um sistema eletrônico. O prazo médio de recebimento é de 21 dias.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o vencimento dos saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	<u>Total</u>	<u>Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa</u>	<u>Saldo a vencer e sem perda por redução de valor recuperável</u>	<u>< 30 dias</u>	<u>31 - 60 dias</u>	<u>61 - 90 dias</u>	<u>91 - 365 dias</u>
31 de dezembro de 2020	3.670	(459)	4.129	3.824	-	-	305
31 de dezembro de 2019	3.588	-	3.026	124	204	6	228

A Companhia reconheceu como perda definitiva em 31 de dezembro de 2020 R\$1.218 (em 31 de dezembro de 2019 R\$1.115).

5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos a recuperar

<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
-------------------	-------------------

Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social (a)	357	-
PIS e COFINS (b)	358	344
Total	715	344

(a) Antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente e IRRF sobre aplicações financeiras.

(b) Créditos decorrentes de pagamentos indevidos e/ou a maior de PIS/COFINS s/receitas acessórias

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

	31/12/2020	31/12/2019
Participação nos lucros e resultado (PLR)	114	324
Provisão para riscos processuais	1.631	1.075
Provisões não dedutíveis	1.743	1.923
Total do ativo fiscal diferido	3.488	3.322
Margem de construção - RTT	(245)	(253)
Amortização do direito de concessão	(2.933)	(3.034)
Custo de captação	(28)	(40)
Outros diferidos passivos	(9)	(9)
Total do passivo fiscal diferido	(3.215)	(3.336)
Total	273	(14)

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2020
2021	633
2023	590
2024	1.054
2025	1.211
Total dos ativos fiscais diferidos	3.488
Total dos passivos fiscais diferidos	(3.215)
Total dos impostos diferidos	273

c) Tributos a recolher

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda e contribuição social	282	686
PIS e COFINS	277	249
ISS	449	433
IRRF e CSRF	219	57
INSS sobre terceiros	113	124
Total circulante	1.340	1.549

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	10.742	7.730
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(3.652)	(2.628)
Adições permanentes	(61)	(55)
Exclusões permanentes	85	-
Subvenções do lucro da exploração ⁽¹⁾	1.952	1.432
Juros sobre capital próprio – JSCP	408	-
Outras adições ou exclusões	85	211
Recuperação de créditos ⁽²⁾	870	-
Total dos impostos no resultado	(313)	(1.040)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.470)	(2.106)
Recuperação de créditos	870	-
Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado	(600)	(2.106)
Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado	287	1.066
Total dos impostos no resultado	(313)	(1.040)

⁽¹⁾ Redução de 75% do IRPJ calculada sobre o lucro da exploração de toda a capacidade instalada pelo prazo de 10 anos, a contar a partir de 01/01/2014. Tal benefício é concedido pelo Governo Federal a empresas de setores considerados prioritários na área da SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

⁽²⁾ O saldo de recuperação de créditos refere-se ao aproveitamento do benefício da Lei de Incentivo às inovações tecnológicas.

6. PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas da Companhia, sejam elas acionistas, empresas ligadas ou profissionais-chaves da Administração são efetuadas a condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da Administração.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da Administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição:

Parte relacionada	Transação	Relação	31 de dezembro de 2020		
			Passivo Circulante	Patrimônio Líquido	Resultado
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (*)	Controladora	4.534	-	(6.389)
INVEPAR	JSCP	Controladora	7.302	-	-
ODEBRECHT	JSCP e dividendos	Acionista	588	-	-
ODEBRECHT	AFAC	Acionista	-	1.459	-

Total			12.424	1.459	(6.389)
31 de dezembro de 2019					
Parte relacionada	Transação	Relação	Passivo Circulante	Patrimônio Líquido	Resultado
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (*)	Controladora	1.300	-	(7.287)
INVEPAR	JSCP e dividendos	Controladora	5.570	-	-
ODEBRECHT	Juros sobre capital próprio	Acionista	498	-	-
ODEBRECHT	AFAC	Acionista	-	1.459	-
	Total		7.368	1.459	(7.287)

(*) Compartilhamento de despesas: referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado. Os rateios, geralmente, são liquidados no prazo de 1 mês, por isso não sofrem a correção de juros.

A Companhia não possui qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

Remuneração dos Administradores

Em 30 de abril de 2020 foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$1.303.

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, gratificações, previdência privada, assistência médica, totalizaram R\$917 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$1.288 em 31 de dezembro de 2019), conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Pró-labore	462	536
Bônus variáveis	177	344
Encargos	128	176
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	36	70
Outros benefícios	114	162
Total	917	1.288

7. IMOBILIZADO

Custo	Taxas anuais de depreciação %	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência (*)	Saldos em 31/12/2020
Máquinas e equipamentos	10	1.627	284	(566)	577	1.922
Móveis e utensílios	10	940	144	(244)	-	840
Veículos	20	2.579	141	(315)	918	3.323

Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	10	-	-	(39)	528	489
Equipamentos de informática	20	2.223	81	(435)	-	1.869
Imobilizado em andamento		796	21	-	(817)	-
Outros	25	15	-	-	-	15
Total		8.180	671	(1.599)	1.206	8.458
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos		(1.158)	(152)	565	-	(745)
Móveis e utensílios		(600)	(63)	218	-	(445)
Veículos		(993)	(371)	313	-	(1.051)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		-	(19)	-	-	(19)
Equipamentos de informática		(1.524)	(197)	435	-	(1.286)
Outros		(15)	-	-	-	(15)
Total		(4.290)	(802)	1.531	-	(3.561)
Imobilizado líquido		3.890	(131)	(68)	1.206	4.897

	Taxas anuais de depreciação %	Saldos em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências (*)	Saldos em 31/12/2019
Custo						
Máquinas e equipamentos	10	1.602	122	(495)	398	1.627
Móveis e utensílios	10	820	94	-	26	940
Veículos	20	1.635	45	-	899	2.579
Equipamentos de informática	20	1.710	315	-	198	2.223
Imobilizado em andamento		839	316	-	(359)	796
Outros	25	15	-	-	-	15
Total		6.621	892	(495)	1.162	8.180
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos		(1.054)	(104)	-	-	(1.158)
Móveis e utensílios		(536)	(64)	-	-	(600)
Veículos		(1.209)	(242)	458	-	(993)
Equipamentos de informática		(1.329)	(195)	-	-	(1.524)
Outros		(15)	-	-	-	(15)
Total		(4.143)	(605)	458	-	(4.290)
Imobilizado líquido		2.478	287	(37)	1.162	3.890

(*) Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, houve transferência do intangível para o imobilizado, para melhor classificação contábil.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de perda para redução do valor do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2020.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia.

8. INTANGÍVEL

	Taxas anuais de amortização %	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência (b)	Saldos em 31/12/2020
Custo						
Software	20	1.247	-	-	-	1.247
Direito de concessão de serviços públicos	(a)	143.856	-	(74)	-	143.782
Intangível em andamento		5.390	16.797	-	(1.206)	20.981
Total		150.493	16.797	(74)	(1.206)	166.010
Amortização						
Software		(1.095)	(53)	-	-	(1.148)
Direito de concessão de serviços públicos		(39.722)	(3.585)	37	-	(43.270)
Total		(40.817)	(3.638)	37	-	(44.418)
Intangível líquido		109.676	13.158	(37)	(1.206)	121.592

	Taxas anuais de amortização %	Saldos em 31/12/2018	Adições	Transferências (b)	Saldos em 31/12/2019
Custo					
Software	20	1.188	6	53	1.247
Direito de concessão de serviços públicos	(a)	141.955	-	1.901	143.856
Intangível em andamento		2.583	5.923	(3.116)	5.390
Total		145.726	5.929	(1.162)	150.493
Amortização					
Software		(1.012)	(83)	-	(1.095)
Direito de concessão de serviços públicos		(36.169)	(3.553)	-	(39.722)
Total		(37.181)	(3.636)	-	(40.817)
Intangível líquido		108.545	(2.293)	(1.162)	109.676

(a) A amortização do direito de concessão é linear de acordo com o prazo restante para o final da concessão (20 de março de 2050), conforme contrato de utilização de bem público firmado entre a Companhia e o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (DERBA) e Aditivos de Reequilíbrio firmados em 27 de abril de 2005 e 14 de maio de 2015 (ver nota explicativa nº 1).

(b) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, houve transferência do intangível para o imobilizado, para melhor classificação contábil.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus

valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de perda para redução do valor do ativo intangível em 31 de dezembro de 2020.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição financeira	Moeda	Encargos anuais	Vencimento	31/12/2020	31/12/2019
BNB - FNE	Reais	4,12%	dez/24	23.265	23.667
(-) Custos de captação				(75)	(117)
(-) Aplicação financeira vinculada				(2.526)	(2.459)
				<u>20.664</u>	<u>21.091</u>
Circulante				6.080	4.397
Não circulante				14.584	16.694

	31/12/2019	Amortização		Juros incorridos	Transferência	Custo de captação	31/12/2020
		Principal	Juros*				
Passivo Circulante							
BNB - FNE	4.439	(1.107)	(227)	932	2.075	-	6.112
Custos de captação	(42)	-	-	-	(32)	42	(32)
	<u>4.397</u>	<u>(1.107)</u>	<u>(227)</u>	<u>932</u>	<u>2.043</u>	<u>42</u>	<u>6.080</u>
Passivo Não Circulante							
BNB - FNE	19.228	-	-	-	(2.075)	-	17.153
Custos de captação	(75)	-	-	-	32	-	(43)
	<u>19.153</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.043)</u>	<u>-</u>	<u>17.110</u>
Total de empréstimos e financiamentos	<u>23.550</u>	<u>(1.107)</u>	<u>(227)</u>	<u>932</u>	<u>-</u>	<u>42</u>	<u>23.190</u>
Aplicações financeiras vinculadas	(2.459)						(2.526)
Total de empréstimos e financiamentos líquidos	<u>21.091</u>						<u>20.664</u>

	31/12/2018	Amortização		Juros incorridos	Transferência	Custo de captação	31/12/2019
		Principal	Juros*				
Passivo Circulante							
BNB - FNE	4.756	(4.661)	(1.001)	908	4.437	-	4.439
Custos de captação	(49)	-	-	-	(38)	45	(42)
	<u>4.707</u>	<u>(4.661)</u>	<u>(1.001)</u>	<u>908</u>	<u>4.399</u>	<u>45</u>	<u>4.397</u>
Passivo Não Circulante							
BNB - FNE	23.665	-	-	-	(4.437)	-	19.228
Custos de captação	(117)	-	-	-	38	4	(75)
	<u>23.548</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.399)</u>	<u>4</u>	<u>19.153</u>

Total de empréstimos e financiamentos	28.255	(4.661)	(1.001)	908	-	49	23.550
Aplicações financeiras vinculadas	(2.322)						(2.459)
Total de empréstimos e financiamentos líquidos	25.933						21.091

(*) Os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Segue abaixo a composição dos financiamentos por ano de vencimento:

<u>Ano</u>	
2021	6.080
2022	5.374
2023 em diante	9.210
Total	20.664

Em 2014, foi captado o montante de R\$35.611 junto ao BNB - FNE - PROINFRA II com vencimento em 30 de dezembro de 2024. Sobre o seu principal incidem juros de 4,12% a.a. com bônus de adimplência de 15% que durante o período de carência fixado em 36 meses são pagos trimestralmente, no dia 30 de cada mês. Após este período serão pagos juros mensalmente junto com as parcelas de principal.

Aplicações financeiras vinculadas

Em decorrência da Companhia dispor de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido os ativos e passivos financeiros e da administração da Companhia ter a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, a Companhia reconhece as aplicações financeiras vinculadas redutora a dívida no montante de R\$2.526, conforme segue:

	Taxa do CDI	Indexador	Vencimento	31/12/2020	31/12/2019
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	92% a 99%	DI	dez/24	2.526	2.459

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB do Banco do Nordeste do Brasil. Tais aplicações são remuneradas entre 92% e 99% do índice dos Certificados de Depósito Interbancário - CDI e mantidas até o vencimento pela Companhia e por estarem diretamente vinculadas ao fundo de liquidez exigido por essa instituição para concessão do financiamento, tendo prazos de resgate simultaneamente aos de sua liquidação.

Garantias

O financiamento do Banco do Nordeste do Brasil é garantido pelo penhor de ações ordinárias da controladora INVEPAR, bem como a vinculação de recebíveis da receita total diária da arrecadação de pedágio, cessão de indenização em caso de perda de arrecadação e fundo de liquidez equivalente a aproximadamente 10% do saldo devedor para o 1º financiamento e R\$1.634 equivalente a 03 (três) parcelas de maior valor, para o 2º financiamento.

Os financiamentos vigentes não possuem cláusulas financeiras restritivas (“*covenants*”).

10. OBRIGAÇÃO COM ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Férias e encargos trabalhistas	1.830	1.604
Participação nos lucros a pagar	86	803
	<u>1.916</u>	<u>2.407</u>

11. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista, cível e tributário. A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

Composição do risco

Natureza do risco	<u>31/12/2020</u>		
	<u>Probabilidade de perda</u>		Total
	Provável	Possível	
Trabalhistas	2.195	2.157	4.352
Cíveis	2.601	10.360	12.961
Total	<u>4.796</u>	<u>12.517</u>	<u>17.313</u>

Natureza do risco	<u>31/12/2019</u>		
	<u>Probabilidade de perda</u>		Total
	Provável	Possível	
Trabalhistas	1.399	2.785	4.184
Cíveis	1.764	10.560	12.004
Total	<u>3.163</u>	<u>13.345</u>	<u>16.188</u>

a) Movimentação dos riscos prováveis

<u>Natureza dos riscos</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Constituições</u>	<u>Reversões/pagamentos</u>	<u>31/12/2020</u>
Trabalhistas (i)	1.399	937	(141)	2.195
Cíveis (ii)	1.764	1.370	(533)	2.601
	<u>3.163</u>	<u>2.307</u>	<u>(674)</u>	<u>4.796</u>

Natureza dos riscos	31/12/2018	Constituições	Reversões/pagamentos	31/12/2019
Trabalhistas (i)	704	1.324	(629)	1.399
Cíveis (ii)	284	2.438	(958)	1.764
	988	3.762	(1.587)	3.163

(i) Riscos trabalhistas

São parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

(ii) Riscos cíveis

São parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário.

Além dos processos acima, a Companhia vem discutindo judicialmente processo referente a vias “alternativas” (rotas de fuga) municipais, conforme descrito abaixo:

Rota de Fuga Vargem Grande

Em 3 de outubro de 2005, a Prefeitura Municipal de Camaçari moveu contra a Companhia, medida cautelar pleiteando a manutenção das vias de acesso “alternativas” (rotas de fuga) municipais, bem como liminar suspendendo as ações de bloqueio dessas vias pela Companhia. A Companhia apresentou recurso e obteve, em 7 de março de 2006, a revogação da referida liminar, considerando que a perda de receitas proveniente da evasão de pedágio afeta o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Em agosto de 2006, a 1ª Vara Cível de Camaçari julgou em primeira instância procedente a ação, determinando a abertura das vias de acesso “alternativas”. A Companhia interpôs Agravo de Instrumento no Tribunal de Justiça da Bahia que foi julgado improcedente e, posteriormente, Embargos de Declaração os quais foram negados provimento pela 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Bahia. Em 27 de junho de 2008, a Companhia protocolou no TJ-BA, Recurso Especial e Extraordinário para apreciação da admissibilidade. O Recurso Especial foi admitido pelo STJ e julgado improcedente em novembro de 2013, desta decisão a CLN apresentou Embargos de Declaração que foram julgados procedentes à unanimidade em maio de 2014. Tal decisão foi mantida pelo STF em dezembro de 2014. Com isso todos os julgamentos desfavoráveis à Companhia foram anulados para a realização de perícia, e posteriormente será proferida sentença na primeira instância.

Rota de Fuga Las Palmas

No ano de 2008, a Companhia moveu uma Ação Civil Coletiva contra o Estado da Bahia, AGERBA e Prefeitura Municipal de Camaçari objetivando o reconhecimento da via Las Palmas como uma rota de fuga e, conseqüentemente, o seu fechamento. No próprio ano de 2008, a Companhia obteve uma decisão liminar autorizando o fechamento da rota de fuga, decisão esta que foi suspensa pela presidência do TJ/BA quando do julgamento da Suspensão de Liminar proposta pelo Estado da Bahia. Cumpre salientar que além da dita suspensão o Estado da Bahia e a AGERBA interpuseram recurso de Agravo de Instrumento para a 2ª

Câmara do TJ/BA, que foram julgados improcedentes à unanimidade pela turma julgadora. Com esta decisão, a Companhia requereu o cumprimento da decisão dos agravos sob a tese de que por ser posterior a decisão da Suspensão de Liminar, prevaleceria sobre esta, o que foi acatada inicialmente, pelo MM. Juízo da 5ª Vara de Fazenda Pública que posteriormente voltou atrás em julgamento de Embargos de Declaração opostos pelo Município de Camaçari. Desta decisão, a CLN interpôs Agravo de Instrumento obtendo decisão monocrática favorável e conseqüentemente fechando a Rota de Fuga. No entanto, em dezembro de 2013, a Turma julgou o Agravo de Instrumento interposto improcedente, o que ensejou que a Companhia apresentasse Recurso Especial que se encontra pendente de julgamento.

A ação principal que julga o mérito encontra-se também pendente de julgamento, todavia, em 06 de março de 2014, o Estado da Bahia, através da Procuradoria Geral do Estado – (“PGE”) reconheceu no processo que Las Palmas é uma rota de fuga, pedindo ainda que o Juiz considerasse esse posicionamento quando da prolação de sentença.

A Administração entende, com base na opinião de seus assessores legais, que o bloqueio das rotas de fuga está amparado pelo Contrato de Concessão celebrado com o Governo do Estado da Bahia e que não é pertinente a fundamentação apresentada pela Prefeitura Municipal de Camaçari de disponibilização de vias alternativas, uma vez que esta não possui autorização formal do poder concedente para manutenção de vias de acesso municipais à rodovia BA-099 (rodovia estadual). Paralelamente, a Companhia anexou ao processo em questão à certidão expedida pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia – (“DERBA”), em 20 de março de 2001, que menciona as vias de acesso alternativo à rodovia BA-099, a qual não considera as vias de acesso municipal.

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia mantém depósitos judiciais distribuídos conforme quadro abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas	350	134
Tributários	-	1
Cíveis	836	1.081
	<u>1.186</u>	<u>1.216</u>

12. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

A Companhia firmou com o Ministério Público do Estado da Bahia (“MPE”) e com o Ministério Público Federal (“MPF”), em 01 de março de 2016 e 13 de novembro de 2017, respectivamente, Termos de Ajustamento de Conduta (“TAC”) com obrigações de restauração e monitoração de danos ambientais. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia, em sua melhor estimativa, reconhece R\$666, sendo divididos R\$444 no circulante e R\$222 no não circulante (R\$934 em 31 de dezembro de 2019) a título de obrigação presente para cumprimento das condicionantes firmadas nos respectivos termos. Os projetos que atenderão os cumprimentos das condicionantes foram apresentados ao Ministério Público Federal (“MPF”) e ao Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (“INEMA”) para homologação e posterior execução.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é de R\$48.189 e está representado por 3.758 ações sem valor nominal, sendo 1.253 ordinárias e 2.505 preferenciais classe A. O capital social autorizado é de 5.100 de ações.

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações. As ações preferenciais classe A, que não têm direito a voto e não são conversíveis em ordinárias, fazem jus às seguintes vantagens:

- I. Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado de acordo com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.
- II. Direito a dividendo mínimo de R\$0,01 (um centavo de real) por lote de mil ações.
- III. Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas de qualquer natureza.
- IV. Direito integral a todas as bonificações e desdobramentos que venham a ser deliberados a partir da data da respectiva subscrição, sempre em ações da mesma classe das bonificadas ou desdobradas.
- V. Prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da Companhia sem prêmio.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2020 está assim constituída:

<u>Acionistas</u>	<u>Ações</u>		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
INVEPAR	1.253	2.239	3.492
Odebrecht Transport S.A. - OTP	-	266	266
Total	<u>1.253</u>	<u>2.505</u>	<u>3.758</u>

Através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de junho de 2019, foi aprovado, sem ressalvas o grupamento de ações proposto pela Administração da Companhia na proporção de 10.000 (dez mil) ações normativas, escriturais e sem valor nominal para 1 (uma) ação nominativa, escritural e sem valor nominal, passando de 31.393.516 ações, sendo 10.467.476 ações ordinárias e 20.926.040 ações preferenciais classe A, para 3.139 (três mil, cento e trinta e nove) ações, sendo 1.047 (mil e quarenta e sete) ações ordinárias e 2.092 (dois mil e noventa e duas) ações preferenciais classe A, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de outubro de 2019, foi aprovado aumentar o capital social da CLN em até R\$ 18.765, no entanto somente a Invepar subscreveu e integralizou o aumento no valor de R\$ 15.711 mediante a capitalização de créditos detidos pela Invepar contra a CLN a título de adiantamento para futuro aumento de capital.

No dia 09 de março de 2020 foi realizada a Assembleia Geral Ordinária Extraordinária onde foi aprovada a retificação do número total de ações passando para 3.758 (três mil, setecentos

e cinquenta e oito) ações, sendo 1.253 (mil, duzentos e cinquenta e três) ações ordinárias e 2.505 (dois mil, quinhentos e cinco) ações preferenciais classe A, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Através da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2020, foi aprovado a destinação para o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 6.690, o valor de R\$ 1.432 destinado a título de reserva de incentivos fiscais, R\$ 1.233 destinado a título de dividendos, R\$ 335 para constituição da Reserva Legal de 5% conforme a Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”) e R\$ 3.690 como dividendos adicionais a distribuir. Em 31 de dezembro 2020 a administração da Companhia fez as seguintes proposições de distribuição do resultado, vide quadro no item “c” - Dividendos e juros sobre capital próprio.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC

<u>Acionistas</u>	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Construtora Norberto Odebrecht S.A. – CNO (*)	1.459	1.459
	<u>1.459</u>	<u>1.459</u>

(*) Antigo acionista da CLN, detentor do direito sobre o AFAC.

O adiantamento para futuro aumento de capital foi originado de contratos de mútuo celebrados com as investidoras, os quais foram convertidos a valor histórico em AFAC depois de autorizado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Conforme a cláusula 2ª do instrumento de conversão, o valor convertido para AFAC não poderá ser devolvido ou creditado para quitação, no seu valor parcial ou total.

c) Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da lei das sociedades por ações. O valor dos juros pagos pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor destes dividendos.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a destinação do lucro dos exercícios pode ser resumida como segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	10.430	6.690
Reserva legal - 5%	(522)	(335)
Reserva de incentivos fiscais	<u>(1.899)</u>	<u>(1.432)</u>
Lucro antes da destinação	<u>8.009</u>	<u>4.923</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% (*)	2.001	1.233
Dividendos adicionais propostos	6.008	3.690

(*) Na Ata de reunião de 18 de dezembro de 2020, o Conselho de administração da Companhia aprovou o pagamento de dividendos intermediários sob a forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 1.200. O valor aprovado foi imputado integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios.

d) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída com destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros, e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020 essa reserva montava a R\$3.930 (R\$3.408 em 31 de dezembro de 2019).

(ii) Reserva especial

Com base no § 5 do art. 202 da Lei das sociedades por ações, a Companhia possui a título de reserva especial R\$23.470 em 31 de dezembro de 2020. A Reserva especial tem por objetivo reforçar o capital de giro, financiar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia.

e) Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui reserva de lucro de incentivos fiscais referente a lucro de exploração no montante de R\$13.123 (R\$11.224 em 31 de dezembro de 2019).

14. RECEITA, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados findos 31 de dezembro de 2020 e de 2019 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

<u>Receitas</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita de pedágio	63.958	61.231
Outras receitas acessórias	2.055	2.326
Impostos, deduções e cancelamentos	<u>(5.552)</u>	<u>(5.376)</u>
Receita líquida de serviços	<u>60.461</u>	<u>58.181</u>
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoal e encargos	(16.344)	(17.782)
Conservação e manutenção	(13.571)	(11.998)
Comunicação, Marketing e Publicidade	(568)	(561)
Seguros e garantias	(597)	(631)
Serviços de terceiros	(5.649)	(6.628)
Veículos	(538)	(571)
Consultoria e Assessoria	(1.252)	(880)
Aluguéis e impostos	(1.460)	(1.218)
Energia Elétrica	(381)	(461)
Perdas para cré de liq. duvidosa (PCLD) / Prov. para riscos	(1.752)	(3.969)
Depreciação e amortização	(4.440)	(4.241)
Outros	<u>(2.337)</u>	<u>(1.459)</u>
	<u>(48.889)</u>	<u>(50.492)</u>

Custo de serviços prestados	(34.775)	(33.438)
Despesas gerais e administrativas	(14.457)	(17.372)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	343	318
	<u>(48.889)</u>	<u>(50.492)</u>

15. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	264	1.271
Variação monetária ativa	707	425
Total	<u>971</u>	<u>1.696</u>
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(137)	(94)
Juros passivos	(672)	(1.067)
Variação monetária passiva	(977)	(495)
Outros	(14)	-
Total	<u>(1.800)</u>	<u>(1.656)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(829)</u>	<u>40</u>

16. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>31/12/2020</u>			<u>31/12/2019</u>		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Numerador básico						
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	3.478	6.952	10.330	2.232	4.458	6.690
Denominador básico						
Média ponderada de ações (milhares)	1.253	2.505	3.758	1.253	2.505	3.758
Resultado básico por ação – em Reais	<u>2,775</u>	<u>2,775</u>	<u>2,775</u>	<u>1,780</u>	<u>1,780</u>	<u>1,780</u>
Resultado diluído por ação – em Reais	<u>2,775</u>	<u>2,775</u>	<u>2,775</u>	<u>1,780</u>	<u>1,780</u>	<u>1,780</u>

17. SEGUROS

A Companhia mantém seguro garantia e seguro contra danos materiais, perda de receita, responsabilidade civil e seguro auto frota, conforme demonstrado abaixo:

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Vigência</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Objeto</u>
Garantia ao poder concedente	7.001	23/02/21 a 23/02/22	Pottencial Seguradora	(a)
Responsabilidade civil geral	100.000	01/08/20 a 01/08/21	Tokio Marine	(b)
Resp. Civil Administradores D&O	100.000	04/05/20 a 04/05/21	Star Companies	(c)
Riscos operacionais	280.000	01/08/20 a 01/08/21	Tokio Marine	(d)
Veículos	110% Tabela FIPE	24/08/20 a 24/08/21	Porto Seguro	-

- a. Garantir a execução das obrigações firmadas assumidas pela Companhia no Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado em 21 de fevereiro de 2000.
- b. Garantir, até o limite máximo da importância segurada, o pagamento de indenizações ao segurado das quantias pelas quais ele vier a ser responsabilizado civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado de modo expresse pela seguradora, relativas a reparações por danos corporais, danos materiais e prejuízos causados a terceiros.
- c. Garantir, até o limite máximo da importância segurada, para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores (D&O), nos casos de danos a reputação, custos de investigação, bloqueio de conta corrente, avalistas e fiadores, práticas trabalhistas indevidas, danos morais, danos corporais e materiais, erros e omissões, responsabilidade por tributos, o pagamento de indenizações ao segurado das quantias pelas quais ele vier a ser responsabilizado civilmente.
- d. Garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cobertura contratada e expressamente identificada na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nessas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observados os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E CONCENTRAÇÃO DE RISCO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2020 e 2019 correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras vinculadas e empréstimos e financiamentos e fornecedores.

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Instrumentos financeiros				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	21.944	-	24.455	-
Contas a receber	-	3.670	-	3.588
Total do ativo	<u>21.944</u>	<u>3.670</u>	<u>24.455</u>	<u>3.588</u>
Passivos				
Fornecedores	-	5.687	-	9.758
Partes relacionadas	-	12.424	-	7.368
Empréstimos e financiamentos	-	20.644	-	21.091
Total do passivo	<u>-</u>	<u>38.755</u>	<u>-</u>	<u>38.217</u>

A operação da Companhia está sujeita aos fatores de riscos abaixo descritos:

Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de tributos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

a. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado.

b. Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

c. Empréstimos e financiamentos

O valor de mercado não foi determinado pelas seguintes razões: (i) não são objeto de transação em nenhum mercado; e (ii) eventuais antecipações de pagamentos (pré-pagamentos) só podem ser feitas mediante aprovação do credor e pelo saldo devedor atualizado pela taxa e indicadores especificados nos contratos.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI. Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento nas obrigações contratadas com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita, principalmente, à variação das taxas pré-fixadas em reais.

b) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

c) Operação de derivativos

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente se houver necessidade de proteção de passivos, seja de natureza operacional ou financeira, ou ainda, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com essa finalidade, sendo vedada a alavancagem através de tais operações. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía operações com hedge ou derivativos.

d) Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes a aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas e empréstimos e financiamentos, nos valores de R\$21.144 (Nota Explicativa nº 3), R\$2.526 (Nota Explicativa nº 9) e R\$23.190 (Nota Explicativa nº 9), respectivamente em 31 de dezembro de 2020.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham um efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis de mercado.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros das debêntures, operações financeiras e empréstimos.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos* financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquilo que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia.

Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

(*) A Administração não considera que as operações de passivo financeiro possuam expectativa variável relevante de risco para apresentação.

As taxas consideradas foram:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
DI ativo (% ao ano)	2,69%	2,02%	1,35%
DI Passivo (% ao ano)	2,69%	3,36%	4,04%

Fonte: Os indicadores utilizados para 2020 foram obtidos das projeções do Bacen, que foram utilizadas a média dos três maiores bancos privados de acordo com o ranking do Banco Central.

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
<u>Ativo financeiro</u>					
Equivalente de caixa					
Certificados de Depósito Bancário - CDB	DI	21.144	568	427	285
<u>Passivo financeiro</u>					
Empréstimo – Banco BNB	DI	23.190	624	780	937
Aplicação vinculada	DI	2.526	68	51	34

e) Gestão do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/19</u>
Empréstimos e financiamentos	20.664	21.091
Caixa e equivalentes de caixa	(21.944)	(24.455)
Dívida líquida	(1.280)	(3.364)

Patrimônio líquido	<u>106.352</u>	<u>97.923</u>
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u><u>105.072</u></u>	<u><u>94.559</u></u>

19. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia possui no exercício a transação não caixa abaixo que foi excluída do fluxo de caixa. Esta transação é referente a provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores)	1.010	1.312